

“MOÇÃO

Em Defesa da Escola Pública e do Direito à Educação

O início de mais um ano letivo volta a evidenciar problemas que continuam sem resposta adequada na Escola Pública. A falta de professores, assistentes operacionais, técnicos especializados e outros profissionais compromete o normal funcionamento das escolas e prejudica o processo de aprendizagem dos alunos. Persistem igualmente dificuldades ao nível das instalações, dos equipamentos e dos encargos suportados pelas famílias.

Particular preocupação merece a falta de apoios às crianças e jovens com necessidades específicas. A insuficiência de docentes de educação especial, psicólogos, terapeutas e outros profissionais especializados continua a dificultar a concretização de uma escola verdadeiramente inclusiva e capaz de garantir igualdade de oportunidades para todos e que nem garante um número de assistentes operacionais suficiente.

No concelho da Moita existem problemas concretos que exigem intervenção urgente. A Escola Secundária da Moita, entre outras, apresenta necessidades há muito identificadas, sem que tenham sido concretizadas as respostas necessárias.

Aquando da transferência de competências na área da Educação para os municípios, a CDU alertou para estas carências e contribuiu para a identificação das prioridades existentes. Apesar disso, continuam por concretizar intervenções essenciais e por aproveitar oportunidades de financiamento disponíveis para a requalificação das escolas.

A Educação é um direito constitucional fundamental e um instrumento decisivo para a igualdade, o desenvolvimento e a coesão social. Garantir uma Escola Pública de qualidade exige mais investimento, melhores condições de trabalho para os profissionais e respostas adequadas às necessidades dos alunos.

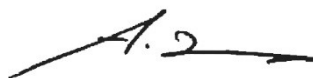
Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

- Manifestar preocupação perante os problemas que continuam a afetar a Escola Pública, designadamente a falta de professores, assistentes operacionais, técnicos especializados e outros profissionais;
- Exigir ao Governo o reforço do investimento na Escola Pública, garantindo os meios humanos, materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento;
- Reclamar a realização das obras e intervenções necessárias nas escolas do concelho, com particular atenção à Escola Secundária da Moita;
- Exigir o reforço dos recursos destinados à Educação Inclusiva, assegurando a existência de docentes de educação especial, psicólogos, terapeutas e outros profissionais especializados em número suficiente;
- Exigir à Câmara Municipal da Moita que assuma plenamente as suas responsabilidades na área da Educação, procedendo ao levantamento atualizado das necessidades das escolas e à apresentação das candidaturas aos programas de financiamento disponíveis;

- Defender a valorização dos profissionais da Educação e o combate à precariedade;
- Defender uma Escola Pública de qualidade, gratuita, inclusiva e democrática, rejeitando a sua desvalorização ou privatização;
- Dar conhecimento da presente deliberação ao Governo, ao Ministério da Educação, aos Agrupamentos de Escolas do concelho, às associações de pais e às organizações representativas dos trabalhadores da Educação.”

Moita, 29 de setembro de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Duro', with a long horizontal stroke extending to the right.

António Duro